



TRAJETÓRIA FEMININA NAS RUAS: UM OLHAR DA PSICOLOGIA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHERES

TRAYECTORIA FEMINA EN LAS CALLES: UNA MIRADA PSICOLÓGICA A LA PROMOCION DE DERECHOS HUMANOS EN UNA POLÍTICA PUBLICA PARA MUJERES

FEMALE TRAJECTORY ON THE STREETS: A PSYCHOLOGICAL LOOK AT THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS IN A PUBLIC POLICY FOR WOMEN

Marina Gelmini¹
Luciana da Silva Oliveira²
Daniele Aparecida Costa Caldas³

RESUMO: O presente artigo é resultado da experiência de estágio curricular obrigatório “Direitos Humanos e Inclusão”, do curso de Psicologia da PUC Minas Praça da Liberdade, desenvolvida no segundo semestre de 2022. Tal proposta de estágio, teve como objetivo a realização de observação e intervenção psicológica das/os estagiária/os no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), na perspectiva de promoção e proteção dos direitos humanos. A prática teve a intenção de proporcionar às/aos alunas/os, o acompanhamento do cotidiano e de intervenções psicossociais realizadas no âmbito da referida política pública para mulheres em situação de vulnerabilidade social, com trajetória de vida nas ruas, em uso prejudicial de álcool e de outras drogas, bem como em situação de violência doméstica, percebendo seus impasses, desafios e potencialidades. O referencial teórico adotado, levando-se em consideração a complexidade do campo, teve como eixo central a clínica peripatética (LANCETTI, 2005) em articulação com o paradigma da redução de danos, além da perspectiva interseccional do feminismo negro. O enlaçamento entre teoria e prática colocou as/os estagiárias/os em contato com vulnerabilidades de diversas ordens, nos convocando a pensar o saber e o fazer da psicologia de outros modos. Fomos levados a mudar a ótica com que enxergamos as pessoas em situação de rua, considerando que não se pode ignorar uma realidade que grita sua existência. A prática de observação e intervenção no CIAM traz reflexões sobre a vivência dessas mulheres que são negligenciadas e, em certo ponto, desumanizadas por uma sociedade insensível à sua existência. Foi possível acompanhar de perto barreiras invisíveis que, impostas pelo sistema, alteram não apenas a posição social dessas mulheres, mas a construção delas enquanto sujeitos de direitos, suas relações com o outro e a maneira como constroem suas identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social; Trajetória de vida nas ruas; Redução de danos; Clínica Peripatética.

RESUMEN: Este artículo es el resultado de la experiencia de pasantía curricular obligatoria “Derechos Humanos e Inclusión”, del curso de Psicología de la PUC Minas Praça da Liberdade, desarrollada en el segundo semestre de 2022. Esta propuesta de pasantía tuvo como objetivo realizar observación e intervención psicológica de las pasantes en el Centro Integral de Atención a la Mujer (CIAM), con vistas a la promoción y protección de los derechos humanos. El objetivo de la práctica fue permitir a los alumnos acompañar el cotidiano y las intervenciones psicossociales realizadas en el ámbito de esta política pública para mujeres en situación de vulnerabilidad social, con trayectoria de vida en la calle, uso nocivo de alcohol y otras drogas, así como en situación de violencia doméstica, percibiendo sus impasses, desafíos y potencialidades. El marco teórico adoptado, teniendo en cuenta la complejidad del campo, se centró en la clínica peripatética (LANCETTI, 2005) en conjunción con el paradigma de reducción de daños, así como la perspectiva interseccional del feminismo negro. El vínculo entre teoría y práctica puso a los pasantes en contacto con vulnerabilidades de diferentes órdenes, llamándonos a pensar el conocimiento y la práctica de la psicología de otras maneras. Nos vimos llevados a cambiar la perspectiva con la que vemos a las personas que viven en las calles, considerando que no podemos ignorar una realidad que grita su existencia. La práctica de observación e intervención en el CIAM trae reflexiones sobre la experiencia de estas mujeres desatendidas y, en cierta medida, deshumanizadas por una sociedad insensible a su existencia. Fue

¹ nina.gelmini@gmail.com

² oliveira.luu@gmail.com

³ danielcaldas@pbh.br

posible seguir de cerca las barreras invisibles que, impuestas por el sistema, alteran no sólo la posición social de estas mujeres, sino su construcción como sujetos de derechos, sus relaciones con los demás y la forma en que construyen sus identidades.

PALABRAS CLAVE: Derechos Humanos; Mujeres en situación de violencia y vulnerabilidad social; Trayectoria de vida en las calles; Reducción de daños; Clínica Peripatética.

ABSTRACT: The following article is the result of the mandatory curricular internship experience “Human Rights and Inclusion”, from the Psychology graduation course at PUC Minas Praça da Liberdade, developed in the second semester of 2022. This internship proposal aimed to carry out observation and psychological intervention of the interns at the Integrated Women's Assistance Center (CIAM), with the objective to promoting and protecting human rights. The practice was intended to provide students with daily monitoring and psychosocial interventions carried out within the scope of the public policy for women in situations of social vulnerability, with a life trajectory on the streets, in harmful use of alcohol and of other drugs, as well as in situations of domestic violence, realizing its impasses, challenges and potential. The theoretical framework adopted, considering the complexity of the field, had as its central axis the peri-pathetic clinic (LANCETTI, 2005) in conjunction with the harm reduction paradigm, in addition to the intersectional perspective of black feminism. The link between theory and practice put the interns in contact with vulnerabilities of different orders, calling us to think about the knowledge and practice of psychology in other ways. We were led to change the perspective in which we see people with life trajectory on the streets, considering that we cannot ignore a reality that screams its existence. The practice of observation and intervention at CIAM brings reflections on the experience of these women who are neglected and, to a certain extent, dehumanized by a society insensitive to their existence. It was possible to closely monitor invisible barriers that, imposed by the system, alter not only the social position of these women, but their construction as subjects of rights, their relationships with others and the way they construct their identities.

KEYWORDS: Human Rights; Women in situations of violence and social vulnerability; Life trajectory on the streets; Harm reduction; Peripatetic Clinic.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência é resultado de um estágio curricular obrigatório, denominado “Estágio GPSII – Direitos Humanos e Inclusão”, que compõe a ênfase “Gestão, processos de subjetivação e instituições”, do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Praça da Liberdade. No ano de 2022, tal proposta de estágio teve como campo o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), e objetivou a realização de observação e intervenção psicológica dos/as estagiários/as na perspectiva de promoção e proteção dos direitos humanos. A prática teve a intenção de proporcionar às/aos alunas/os do nono período do curso o acompanhamento do cotidiano e a construção de intervenções psicossociais no âmbito de uma política pública para mulheres, percebendo seus impasses, desafios e potencialidades.

O Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) é um serviço que foi criado em novembro de 2018, pela Prefeitura de Belo Horizonte, localizado na região da Lagoinha. O equipamento atua no atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com trajetória de vida nas ruas, em uso prejudicial de álcool e de outras drogas, bem como em situação de violência doméstica (Belo Horizonte, 2024). Além de oferecer possibilidades de atendimento para as mulheres assistidas, trata-se de um equipamento articulador, que encami-

nha as usuárias do serviço para outros equipamentos da rede de assistência, atendimento e proteção à mulher. Considerando que a função principal do serviço é garantir às mulheres acesso a cuidados em saúde e proteção social, os serviços para os quais os encaminhamentos são realizados, são tanto de base municipal, com destaque para aqueles vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Subsecretaria de Direitos de Cidadania (SUDC) e a Secretaria de Educação; como também estaduais, como as Defensorias e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Atualmente a equipe do CIAM é composta apenas por mulheres, contando com a atuação de assistente social, educadora social, psicóloga, estagiárias de nível superior (psicologia), professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), auxiliar de limpeza, auxiliar de portaria e colaboradoras do “Programa Estamos Juntos”⁴, que são ex-usuárias do serviço. O funcionamento do equipamento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, sendo que o atendimento ao público acontece de 8h30 às 16h30.

A seguir descrevemos e discutiremos mais detalhadamente como se deu a organização do estágio desde a preparação dos/as estagiários/as para ida à campo, passando pelas observações e pelas intervenções realizadas ao longo do segundo semestre de 2022.

2 PREPARAÇÃO PARA IDA À CAMPO: OS REFERENCIAIS ORIENTADORES DA PRÁTICA DE ESTÁGIO

Antes da ida à campo foram realizados alguns encontros com a professora responsável pela supervisão do estágio para discussão de alguns referenciais teóricos importantes para qualificar as observações e intervenções das/os alunas/os. Considerando a complexidade do campo em questão, as leituras e discussões tiveram como eixo central a clínica peripatética (Lancetti, 2016) em articulação com o paradigma da redução de danos, além da perspectiva interseccional do feminismo negro.

Retomando a filosofia peripatética de Aristóteles, Lancetti (2016) define o peripatetismo como conversações e pensamentos que ocorrem durante um passeio, caminhando. Agenciando com o campo da clínica psicológica, o peripatetismo torna-se uma ferramenta valiosa para entender uma série de experiências clínicas realizadas fora do consultório, em

⁴ O Programa Estamos Juntos visa sensibilizar, cadastrar, acolher e promover qualificação profissional e socioemocional de pessoas em situação de rua. Além disso, os participantes são encaminhados para oportunidades no mundo do trabalho e acompanhados após a contratação para favorecer a permanência no emprego. O Programa foi criado pela Prefeitura de Belo Horizonte, por meio das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, pela Lei nº 11.149/2019 e é regulamentado pelo Decreto nº 17.136/2019 (Belo Horizonte, 2024).

movimento. Essas estratégias são destinadas a pessoas que não se adaptam aos protocolos clínicos tradicionais, como dependentes químicos, pacientes psiquiátricos graves, pessoas em situação de rua, quando dispositivos psiquiátricos, pedagógicos, psicológicos ou psicanalíticos não funcionam. Lancetti (2016) cita alguns exemplos nesse sentido: ir ao encontro de famílias que passam por dificuldades; transitar pela cidade com pacientes psicóticos; transportar os portadores de clínicas e hospícios; e outras práticas clínicas que transbordam os consultórios.

Trata-se, de fato, de um transbordamento da clínica tradicional, que tem como setting terapêutico o consultório. O setting peripatético é aquele onde as experiências clínicas são móveis, sendo operado nos percursos e transposições de espaços e tempos institucionais, transpondo a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise, que se agenciam com outros saberes e fazeres, como a estratégia de redução de danos.

A redução de danos consiste em uma abordagem multidisciplinar que privilegia a autonomia dos indivíduos, em um contexto de cuidado ampliado de saúde. Rompendo com a ideia de que o uso de drogas é necessariamente prejudicial à saúde tal modelo é apresentado como uma opção viável tanto para pessoas que não desejam ou não conseguem diminuir o uso de drogas, como para aquelas que encontram dificuldades no acesso a serviços de saúde ou ao cuidado integral à saúde (Godinho, 2022). Essa estratégia nos leva a considerar as inúmeras experiências de envolvimento com drogas, bem como as diferentes mudanças que podem ser construídas nos espaços de saúde, nos encontros entre trabalhadores e usuários, construindo assim outras possibilidades de se relacionar, de ter contato com os sujeitos e com suas experiências de uso, de modo a contribuir para minimizar os danos a elas associados.

Um outro referencial orientador dessa prática de estágio foi a interseccionalidade, conceito que tem origem no feminismo negro e que foi sistematizado pela primeira vez pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, como:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Trata-se de reconhecer que, além da discriminação de gênero, à qual de algum modo todas as mulheres estão sujeitas, “outros fatores relacionados as suas identidades sociais, tais como classe, raça, etnia, deficiência, religião, origem nacional e orientação sexual, “são ‘dife-

renças que fazem diferença’ no modo como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p. 173). Ou seja, esses fatores também precisam ser considerados, pois, em interação com o gênero, eles também atravessam a forma como cada mulher vivencia situações de violência, moldando as múltiplas experiências desses sujeitos

Agenciando a clínica peripatética com a estratégia de redução de danos e com uma perspectiva interseccional, buscamos pautar nosso olhar e nossas práticas a partir de uma dimensão ético-política que se contrapõe a exclusão e a segregação de pessoas que possuem formas singulares de existência. Ao contrário, a busca é pelo reconhecimento e respeito aos múltiplos modos de existência, por meio de uma atuação baseada na construção de vínculos; na produção de respostas aos diferentes problemas de saúde associados ou não ao consumo de drogas; na redução ou minimização de riscos e danos pessoais e sociais associados ao uso de drogas na vida das pessoas; e, acima de tudo, na ampliação das possibilidades de vida de sujeitos que vivenciam as mais variadas formas de violência e opressões, apostando nos mesmos. Assim, buscando sustentação nessas ferramentas teórico-metodológicas, os estagiários/as se inseriram no campo do estágio, realizando observações e intervenções, relatadas a seguir.

3 OBSERVAÇÕES E AÇÕES NO CAMPO

Antes dos/as alunos/as se inserirem no campo de estágio, a psicóloga e coordenadora do equipamento os/as recebeu junto com a professora-supervisora do estágio para uma primeira visita, apresentando o espaço físico, o funcionamento geral do equipamento e acolhendo as dúvidas gerais sobre o serviço.

Durante as primeiras observações os/as estagiários/as procuram conhecer a estrutura do serviço, enquanto uma instituição. Notaram que o CIAM configura-se como uma espécie de “casa de passagem”, onde as mulheres têm acesso à três refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde), podem realizar cuidados e higiene pessoal (tomar banho, trocar de roupa após o banho, lavar suas roupas, entre outros), podem usar o espaço para descanso e ter acesso a atividades de desenvolvimento pessoal como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e algumas oficinas que são oferecidas.

Como mencionado anteriormente, o CIAM também é um serviço articulador das redes de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS), de assistência social (Sistema Único de Assistência Social - SUAS) e de outros serviços voltados ao atendimento e proteção das mulheres. Assim, as usuárias do equipamento podem ser encaminhadas para as outras frentes de assis-

tência, de atendimento e de proteção, de acordo com a especificidade de cada caso, como: os abrigos municipais, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM), os Centros de Referência em Saúde Mental Álcool e Drogas (CERSAM AD), as Delegacias e Defensorias Especializadas no Atendimento à Mulher, entre outros. Ao chegar no serviço às mulheres são encaminhadas para o acolhimento, onde uma profissional de referência, cumprindo o protocolo do serviço, realiza uma escuta qualificada, que envolve a escuta da história de vida, de dados importantes e das motivações e expectativas para a busca do serviço pela usuária, bem como o repasse de informações sobre o equipamento e a realização dos devidos encaminhamentos para a rede, sempre que necessário. Depois disso, as mulheres são convidadas a permanecerem no local durante o tempo que desejarem, dentro do horário de funcionamento, e podem buscar os serviços relatados acima com o suporte do equipamento.

Como qualquer instituição estatal o equipamento possui regras com o intuito de viabilizar o seu funcionamento, devendo o público-alvo segui-las. As funções das regras nesses equipamentos, para além do funcionamento do serviço, se configuram como uma forma de estabelecer o contrato social, aspecto que se perde no processo de exclusão da população em situação de rua. Isto posto, as regras podem se constituir como processos socializadores.

O sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman pontua que as pessoas submetidas às situações de extrema exclusão social, e desnudas de direitos fundamentais, tais como moradia, alimentação, saúde e proteção, são conduzidas também a um processo de degradação social. Tal degradação se caracteriza pelo enfraquecimento e posterior destruição dos laços sociais, afetivos e familiares (Bauman, 1999). Todos esses aspectos são consequências de uma constante violação de direitos, e nessa violação dos direitos o sujeito também se esvazia da sua noção de deveres. Daí a importância da apresentação de direitos e deveres, mas para isso as regras precisam, primeiramente, fazer sentido para o público-alvo dos serviços, de modo que, nessa relação de direitos e deveres, o sujeito vá se configurando como ser-social, como cidadão.

Os/as estagiários/as estabeleceram contato com a equipe para entender como era sua atuação junto às mulheres atendidas, suas perspectivas sobre o serviço e suas contribuições. Perceberam nesse contato várias potencialidades dessa política pública, se destacando a dedicação que as profissionais dispõem na atenção com as mulheres, sabendo seus nomes, suas histórias, trajetórias e estabelecendo um diálogo coerente com a realidade delas, desde o acolhimento na portaria até a saída delas do serviço. Observaram também desafios e impasses

situados na equipe. Nesse sentido, perceberam em algumas profissionais o que a autora Cecília Coimbra elaborou em relação aos supervisores e estagiários.

As palavras de seu mestre são reproduzidas fielmente em seus trabalhos, em seus atendimentos. Reforça-se com isso o poder do instituído, do saber, daquele que detém a competência e isso facilmente é reproduzido nas relações que estes estagiários mantêm com as instituições em que atuam e/ou clientes que atendem (Coimbra, 1989, p. 26).

Buscamos transpor essa reflexão para a leitura desnaturalizadora das instituições proposta por René Lourau (1975) no âmbito da Análise Institucional. Nessa perspectiva, instituição não é algo observável, mas uma dinâmica contraditória, construída na história e no tempo, na qual está sempre presente o movimento ou força de autodissolução. Trata-se de uma compreensão de instituição como processo de produção constante de modos de legitimação das práticas sociais, não sendo um conceito descritivo que aponta para coisas passíveis de serem vistas, sólidas, concretas ou imóveis, não sendo, pois, sinônimo de organizações e estabelecimentos. Para Lourau a instituição só existe em processo, num movimento dialético, através de deslocamentos que se dão por oposição de forças contrárias: uma força instituída, que persegue sempre a conservação do que já existe; e uma força instituinte que busca o inédito. Nesta tensão constante entre forças opostas localiza-se o processo de institucionalização.

No CIAM observamos o instituído, por exemplo, nas trabalhadoras que reproduzem o poder das instituições se tornando representantes da lei que submete os sujeitos, o que ficava claro na reprodução de algumas regras sem uma reflexão sobre o sentido delas frente a realidade complexa na qual as mulheres que utilizam o serviço se situam. Por outro lado, percebemos também, profissionais que produzem práticas instituintes, ocupando um lugar transformador, criativo e muitas vezes revolucionário diante da instituição, ao articular o que estava estabelecido com o que a realidade complexa das situações que se apresentavam. Aqui é importante destacar, como já dito anteriormente, que de forma alguma estamos desconsiderando a importância das regras para a manutenção e bom funcionamento do serviço, como também reconhecemos a sua relevância na constituição dos processos socializadores, mas também ressaltamos a importância de as trabalhadoras refletirem e se posicionarem criticamente diante do que está estabelecido, sustentando posicionamentos e práticas instituintes quando a complexidade das situações demandar. Acreditamos que é necessário ir além das regras e normas, refletindo e transformando o que está estabelecido sempre que necessário, de acordo com a realidade que o serviço se propõe a acolher, ou seja, de acordo com a prática,

considerando que "foram as práxis dos homens, que fundaram as instituições, são suas práxis que as mantêm, transformam ou as colocam em crise" (Evrard, 1973, p. 50).

Assim, compreendemos que várias formas das profissionais se colocarem nesse serviço, de lidarem com o público-alvo, vão sendo construídas cotidianamente em um processo que envolve diferentes configurações de relações, existindo posicionamentos que vão desde um envolvimento excessivo com as mulheres atendidas, até o estabelecimento de barreiras e de distanciamento no nível da vinculação e do afeto. Por vezes, é possível que essas posturas se intercalem na prática de uma mesma profissional, sendo compreensível que um serviço que acolhe um público com grandes vulnerabilidades desperte na equipe diferentes formas de enfrentamento e manejo de uma realidade desafiadora como a que os/as estagiários tiveram acesso por meio dessa prática de estágio. Problematicamos, pois, a importância de uma presença ativa e engajada da Psicologia para refletir sobre esses lugares. Se afetar demais e não se afetar de forma alguma são ambas respostas que se colocam como analisadores importantes da instituição, e que podem ter consequências importantes no serviço, tanto para as mulheres, como para a equipe.

Essas questões institucionais chamaram a atenção dos/as estagiários/as, que chegaram a pensar em propor alguma intervenção voltada para a equipe de trabalhadoras do serviço. Porém, o público-alvo do CIAM, as mulheres que transitam no serviço, também foram foco de nossa atenção e, como veremos adiante, a proposta de intervenção construída no âmbito do estágio foi direcionada a elas. Os/as alunos/as começaram a atuar e intervir no campo logo nas primeiras idas ao CIAM, se orientando pelos direcionamentos do psicanalista Antônio Lancetti (2016) com sua proposta de uma clínica peripatética, operada no caminhar, no transitar pela cidade, de modo que o setting terapêutico é um espaço em movimento e se relaciona com o espaço público, estabelecendo uma noção de apropriação e pertencimento dele e nele. Portanto, procuraram acolher e intervir junto com as mulheres ocupando os espaços do serviço, indo encontra-las no espaço delas ao invés de esperar que elas fossem até eles/elas (estagiários/as) em um ambiente apartado da realidade social das mesmas, como muitos consultórios se configuram. Trata-se de uma prática que busca espírito de inovação, de virulência afirmativa e força de convencimento para confrontar as tradicionais maneiras burocráticas e simplistas desenvolvidas para atender os pobres (Lancetti, 2016). Essa reflexão é levada para a prática do acolhimento, na qual o profissional se dispõe a ouvir os sofrimentos de quem está utilizando o serviço numa configuração de atendimento mais dinâmica, menos hierárquica e mais próxima dos sujeitos. No cotidiano do CIAM, foi possível perceber a importância dessa forma de clinicar e de acolher as mulheres nos espaços em que elas transitam, percebendo os senti-

dos que elas constroem para esses lugares, aproximando os/as estagiários/as da realidade delas, fortalecendo o vínculo terapêutico e buscando promover relações mais transversais.

O momento das supervisões e os conhecimentos adquiridos foram dedicados à discussão e reflexão sobre o que foi observado nas práticas no campo e para construção de uma intervenção grupal com o objetivo de acolher as mulheres e contribuir de alguma forma com a política pública que nos acolheu e que nos proporcionou aprendizados importantes. Nessa construção, foram observadas diversas demandas que serviriam como tema da ação: a extrema exposição à violência; a questão da objetificação dessas mulheres que acabam por entrar na prostituição como meio de sobrevivência; as disputas e embates entre mulheres cis e mulheres trans; o sentido da droga e do álcool na trajetória de vida nas ruas; entre outros. Todas essas demandas estavam em pauta, mas decidimos focar em um tema que pudesse abarcar a diversidade que o público-alvo nos oferecia, concordando que seria interessante nortear a intervenção de encerramento do estágio não pelo o que diferencia as mulheres, mas por aquilo que as aproxima. Sabendo que as usuárias do serviço compartilham a experiência nas ruas, decidimos rumar por esse caminho. Dessa forma, direcionamos a intervenção no sentido de propiciar um espaço favorável para as mulheres compartilharem a vivência nas ruas, relatando seus medos, tristezas, conflitos, anseios, angústias e perspectivas, de modo que pudessem se identificar e se fortalecer por meio dos relatos uma das outras. Com relação a equipe, consideramos que seria interessante se algumas profissionais também pudessem participar desse momento, acreditando numa possível sensibilização das mesmas ao se aproximarem de alguns dos impasses que as usuárias vivenciam nas ruas, fomentando uma maior vinculação entre elas.

4 DISCUSSÕES E INTERVENÇÃO

Antes de relatar e discutir a intervenção grupal realizada no encerramento do estágio, é importante realizar uma breve análise social do público que utiliza o serviço que, em sua maioria, é composto de mulheres negras, pobres, sendo muitas delas também pertencentes ao grupo de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras (LGBTQIA+).

Para tal, é necessária uma breve regressão histórica sobre o processo de miscigenação em nosso país. Sabemos que a enorme diversidade racial brasileira se deu devido a necessidade portuguesa de reproduzir para repovoar a colônia, estabelecendo mão de obra para o trabalho o que foge definitivamente do ideal romântico disseminado no senso comum: do Brasil como um país de um povo miscigenado, um lugar que acolhe as diversas raças, que convivem

harmonicamente. É fundamental mencionar também que no período próximo da abolição da escravidão, o medo assolou a elite brasileira: uma massa de negros libertos invade as ruas do país, e tanto eles como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação e exploração de seu trabalho, da violência física e simbólica, por quase quatro séculos, por parte dessa elite. De acordo com Maria Aparecida Bento (2002) o pânico e terror da elite levou ao investimento nas políticas de imigração europeia, na exclusão total dessa massa do processo de industrialização que nascia e no confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros. Nesse sentido, o período da abolição foi marcado por políticas higienista, de confinamento e extermínio dos negros, considerados fora da norma; e também por uma política de branqueamento, incentivando a imigração europeia para promover a miscigenação e o desaparecimento do negro. Nesse período o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição, o que demonstra que havia uma expectativa do país tornar-se um país branco como consequência do cruzamento de raças, de modo a extinguir progressivamente o seguimento negro (Bento, 2002).

Portanto, é importante ressaltar que apesar do mito da democracia racial, que aparece em obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2003) e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), possuir grande impacto na construção da identidade brasileira, com influências que ressoam até hoje no campo das políticas públicas, a relação que constituía a miscigenação era majoritariamente pela via da violência. No caso das mulheres negras e indígenas, imperava a violência e objetificação pelo homem branco desde a época da colônia. Os filhos dessas relações já não ocupavam o lugar de sujeito de direito, sendo considerados não cidadãos: não eram negros, não eram indígenas, tão pouco europeus. Ou seja, desde sua origem, o povo brasileiro resultante de uma miscigenação violenta, já ocupa um lugar de marginalização, assujeitamento e subalternidade no seu próprio território. Essa contextualização é importante pois ela vai fundamentar alguns dispositivos de poder (Foucault, 1987) e vai apontar como se deu a construção do racismo e das desigualdades sociais no país, que datam desde o Brasil colonial.

Posta toda essa regressão histórica, nos deparamos com a realidade das políticas públicas endereçadas à essa população descendente dos negros escravizados, buscando resgatar e considerar a legitimidade desse segmento no acesso aos direitos humanos. Muitas vezes existe uma concepção de culpabilização do indivíduo, considerando-o como único responsável pela sua própria história (Silveira, 2007), colocando nele a responsabilidade de estar na condição em que se encontra, percebendo o sujeito de forma descontextualizada, determinada e desconsiderando os aspectos históricos e políticos citados, que vão construir a simbologia da

pobreza (Jr.; Ximenes, 2016). A simbologia da pobreza observada nesse campo não é ahistórica, descontextualizada e enraizada no sujeito; a pobreza e a condição de “estar na rua” possuem um endereçamento fixo: em sua maioria pessoas negras, pobres e periféricas, daí a responsabilidade histórica do Estado em construir políticas que possam resgatar direitos à essas camadas sociais.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a analítica do poder desenvolvida por Michel Foucault ao refletir sobre as diversas configurações históricas das relações de poder. A modernidade, especialmente o século XIX, trouxe consigo a instalação do poder sobre o homem enquanto ser vivo, poder no qual a punição e o castigo foram substituídos pela fiscalização. O biopoder, poder sobre a vida, pode ser definido como um " [...] poder que se incumbiu tanto do corpo como da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população" (Foucault, 1999, p. 302). Incidindo tanto no nível individual quanto da população, o biopoder possui dois eixos: o poder disciplinar, que incide sobre o corpo, sobre o indivíduo, por meio de técnicas de vigilância e de controle diversas, que produzem corpos dóceis; e a biopolítica que atua sobre a população através de mecanismos de regulamentação da natalidade, da mortalidade, das capacidades biológicas e dos efeitos do meio. Portanto, na modernidade, o poder não atinge somente o corpo do indivíduo como se dava outrora, mas também atinge o corpo espécie (Foucault, 1999), de forma que o adestramento do indivíduo se amplia a partir de um modo de governo da vida que se dá por meio da gestão dos perigos e da promoção da saúde da população. Nesse sentido, a via do poder acontece num processo de massificação do indivíduo, enquadrando-o em estatísticas e em estudos de grandes grupos, populações, numa sociedade de normalização, em que o Estado deve tomar conta da população, gerir a vida, governar condutas, impor regras de segurança e lançar meios para evitar riscos futuros. Os sujeitos que não se encaixam nessas normas e regulações, que não se ajustam ao esperado, ou seja, que se mantêm fora das normas, acabam sendo invisibilizados e excluídos, como acontece com a população em situação de rua.

Com base nas discussões e reflexões colocadas acima, realizamos uma roda de conversa na sexta-feira, dia 2 de dezembro de 2022. A proposta inicial era ouvir as usuárias do CIAM, apostando que elas aceitariam o convite à reflexão. O tema era sobre como elas experienciam e percebem as próprias vivências enquanto pessoas em situação de rua, além de trazer um olhar mais sensível às trabalhadoras do lugar que porventura participassem da roda. Quando chegamos no CIAM, as usuárias presentes já haviam tomado o café da manhã e algumas esperavam pelo banho. Iniciamos a prática com três mulheres interessadas e, eventu-

almente, uma outra puxou a cadeira para juntar-se a nós. Apresentamos a proposta e não demorou para que as usuárias dividissem suas perspectivas.

A primeira usuária a se colocar relata estar na rua para aprender algo. Conta que trabalhava como técnica de enfermagem em um CERSAM, mas começou a fazer uso de cocaína e isso acarretou sua ida para a rua. Disse que estava há oito anos sem fazer uso da droga, tendo permanecido em fazendas de reabilitação até sua última recaída. Ela diz sentir que Deus quer que ela aprenda algo com essa situação, que é como se tivesse retrocedido algumas casas em um jogo de tabuleiro. Em outro momento, a mesma usuária reflete sobre a invisibilidade e a vulnerabilidade de quem está na rua, dizendo que todos passam por ela e a ignoram, como se ela fosse invisível, até que ela começa a se questionar se é mesmo invisível. Reflete, ainda, que um problema pouco discutido é a saída para a prostituição, destacando que elas já não têm nada e ainda precisam deixar que outras pessoas invadam a única coisa que é verdadeiramente delas – o próprio corpo. Percebemos neste relato a relação de negligência social em que o sujeito está submetido, principalmente aquele que se enquadra na classe de maior vulnerabilidade social. Pensando no conceito de interseccionalidade, na dinâmica das opressões os sistemas se articulam e se sobrepõem, demonstrando que o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas. Nesse caso temos sujeitos atravessados por diversas opressões que se articulam: o sujeito negro, feminino e pertencente ao grupo LGBTQI+. Vale lembrar que a sociedade brasileira teve um processo de constituição pautado no conservadorismo cristão, misógino, homofóbico e racista, o que culmina num corte social muito claro que vai determinar a população que vai ocupar os grandes focos de pobreza na cidade. Não é à toa que o público majoritário do serviço é negro, pobre e LGBTQI+. A socióloga Berenice Bento, localiza essa população mais vulnerável na posição de abjeção, esse conceito estaria ligado à:

Um conjunto de práticas reativas, hegemonicamente legitimadas, que retira do sujeito qualquer nível de inteligibilidade humana. Os atributos considerados qualificadores para os corpos entrarem no rol de “seres humanos” não encontram morada quando se está diante de uma pessoa na qual o aparato conceitual de que se dispõe para significação da existência humana não alcança. A linguagem entra em pane, em colapso (Bento, 2017, p. 50).

Nesse sentido, é importante refletir sobre a fala da usuária mencionada anteriormente, que retrata a necessidade de abdicar daquilo que, a priori, seria unicamente dela: o próprio corpo. A violência sexual, nesse caso, é tão avassaladora que representa uma forma de invasão daquilo que deveria ser próprio do sujeito, configurando-se não como um estupro cometi-

do apenas por um indivíduo, mas como uma violência também do Estado. Essa fala representa toda a vulnerabilidade social que a mulher, seja ela cis ou trans, mas de diferentes modos, está sujeita, demonstrando a misoginia estrutural na dinâmica social. Luciana Oliveira (2020) resalta como a violência de gênero é multifacetada, e muitas vezes, moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça, classe e sexualidade, que interagem com o gênero moldando as múltiplas experiências dessas mulheres. Muitas vezes esse fenômeno abarca tantos aspectos, é tão complexo, que sua magnitude é negligenciada, reforçando a invisibilidade das mulheres bem como as graves consequências sociais e econômicas que acarretam essas violências, que na realidade são um problema de saúde pública e que deveriam ser pautados como tal. Concluímos nesse sentido que existe uma enorme diferença entre ser um homem em situação de rua e ser uma mulher em situação de rua, e, numa perspectiva interseccional, ser uma mulher negra e/ou uma mulher trans em situação de rua também denota experiências diferentes de vida nas ruas, pois esses marcadores sociais da diferença intensificam sobremaneira as experiências de opressão e violência vivenciadas pelos sujeitos.

Uma outra usuária do serviço trouxe uma importante contribuição para a roda de conversa ao contar sua história, culpando sua própria ganância pela situação em que estava no momento. Ela conta que, antes de se identificar como travesti, trabalhava em um hotel como auxiliar de serviços gerais, em funções exaustivas e ganhava muito pouco por isso. Disse que queria um trabalho em que não tivesse chefe e tivesse flexibilidade para planejar o seu próprio horário. Foi quando conheceu uma travesti que a apresentou à prostituição e nas ruas ela conheceu a cocaína. Ela reflete que, no seu caso, morar na rua não foi uma escolha, mas uma consequência. É interessante apontar aqui as consequências da culpabilização do sujeito que falamos anteriormente, esse sujeito invisibilizado, toma esse discurso para si, fazendo com que ele mesmo acredite ser o único responsável pela sua situação. Observamos que aqui opera aquilo que Foucault (1999) vai denominar como “racismo do Estado”, o que ocorre é que essa população antes escravizada, agora permanece no lugar de subjugação através da negligência do Estado. O que dá lugar para uma manifestação de poder, que “deixa morrer”, sem criar possibilidades de ascensão para essa classe, sem conferir possibilidades de vida.

No momento final, de fechamento da intervenção, os/as estagiários/as propuseram que esse exercício de encontrar sua própria voz e ouvi-la não se limitasse somente àquele momento na roda de conversa, mas que fosse uma prática constante como maneira de enfrentar a invisibilidade que elas vivenciam.

A proposta era, pois, promover condições que facilitassem a conscientização desses sujeitos sobre as situações de invisibilidade, de forma que pudessem se posicionar diante de

suas realidades. O tempo todo os/as alunos/as buscaram sustentar um posicionamento horizontal com as mulheres para potencializar as produções de sentidos com foco em suas experiências e narrativas. Segundo Haraway (1995), o posicionamento é uma prática de aproximação do campo:

Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em repensar nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional (Haraway, 1995, p.27).

Um ponto importante a se ressaltar nos relatos é que em sua maioria a prostituição se torna um dos meios principais das mulheres cis e das mulheres trans em situação de rua conseguirem dinheiro para o seu sustento. O que nos leva a reflexão sobre o sentido que esses corpos assumem na rua, se imbricando na relação de abjeto, e por consequência ficando suscetível a várias formas de violência, que potencializam sua vulnerabilidade e risco de mortalidade. O que impera nesses relatos é novamente o que citamos como biopoder e racismo de Estado (Foucault, 1999). O biopoder incide sobre os corpos marginalizados, determinando sua finalidade e destino, que no caso da mulher (tanto cis como trans) é o sexo como meio de subsistência, o que não ocorre da mesma forma com os homens em situação de rua. O racismo de Estado manifesta-se na falta de proteção social desse grupo marginalizado e invisibilizado, e na inexistência de órgãos reguladores do trabalho de prostituição, bem como a escassez de proteção ou assistência para as mulheres que estão nessa condição. Vemos assim como o “deixar morrer” opera sobre essa população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estágio, o enlaçamento entre teoria e prática colocou estagiários/as e professora-supervisora em contato com vulnerabilidades de diversas ordens, nos convocando a pensar o saber e o fazer da psicologia de outros modos. Fomos levados a mudar a ótica com que enxergamos as pessoas em situação de rua, considerando que não se pode ignorar uma realidade que grita sua existência.

As reflexões postas nesse trabalho trazem à tona realidades ignoradas no âmbito social. Essa invisibilização acaba por corroborar com uma “mentalidade exterminatória” (Oliveira, 1997), que denota a baixa importância que a opinião pública dedica à essas subjetividades, minimizando os eventos de extrema violência, privação e até extermínio dessa população em situação de rua.

Lidar com mulheres em situação de vulnerabilidade é trabalhar com um grupo delicado e complexo, tendo em vista que este é qualitativamente uma parcela minoritária da população que sofre silenciamentos e violências cotidianamente, sendo invisibilizada e intangível às políticas públicas de proteção ou de serviços considerados essenciais, como segurança e saúde. Quando este grupo se encontra em situação de rua, perpetuam-se as opressões e as dificuldades enfrentadas em garantir não apenas direitos básicos de existência, mas também a dignidade do indivíduo.

Sobre a dificuldade na manutenção da dignidade dessas mulheres, várias situações chamam a atenção no campo das políticas públicas, mas não são novidade no manejo com este grupo em particular. Bezerra (2018) destaca a importância do papel protetivo da Assistência Social, que, entretanto, não atende às particularidades dessas mulheres e acaba por perpetuar o descrédito social a que elas estão mais que sujeitas, algumas vezes destinadas.

A observação e a prática no CIAM traz reflexões sobre a vivência dessas mulheres que são negligenciadas e, em certo ponto, desumanizadas por uma sociedade insensível à sua existência. Foi possível acompanhar de perto barreiras invisíveis que, impostas pelo sistema, alteram não apenas a posição social dessas mulheres, mas a forma como elas se enxergam enquanto indivíduos, suas relações com o outro e a maneira como constroem suas identidades. A hostilidade a que são submetidas em um sistema de exploração constitui parte essencial na crença da invisibilidade social, à medida em que as próprias mulheres incorporam esse estigma.

Mas reconhecemos que também há possibilidades de enfrentamentos a esse cenário e que políticas públicas como o CIAM podem se colocar como espaços privilegiados para a promoção dos direitos desses sujeitos, quando, por um lado, há o rompimento com perspectivas psicologizantes, que culpabilizam os sujeitos pelos problemas que enfrentam; e, por outro, há a sustentação de um olhar interseccional, que problematiza os contextos e possibilita a abertura para modos criativos de atuação, que resistem ao aprisionamentos da vida. A atuação nesse contexto exige atenção às práticas e normas estabelecidas, que muitas vezes perdem o sentido diante da complexidade que a realidade das mulheres atendidas pelo serviço escancara e que os modelos instituídos nem sempre conseguem apreender. Portanto, é fundamental colocar as práticas e intervenções constantemente em análise e abrir-se para a reformulação das mesmas, sempre em conexão com as mulheres, de modo a potencializar a afirmação das configurações plurais de existência. Em outras palavras, trata-se de sustentar uma micropolítica ativa, que é em si inventiva e conectiva (Rolnik, 2016), e com a qual uma psicologia crítica e engajada tem muito a contribuir.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Estamos juntos - inclusão produtiva de pessoas em situação de rua**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/desenvolvimento/estamos-juntos-inclusao-produtiva-de-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em 02 mar. 2024.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Centro Integrado de Atendimento à Mulher. Belo Horizonte**. Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/seguranca/equipamentos/centro-integrado-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BENTO, Berenice. **Transviados, gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

BEZERRA, E. L. **Educação Física e Assistência Social: o papel e as contribuições do profissional de Educação Física no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos do município** de Revista Pensar a Prática. 2022.

BEZERRA, E. L. **A educação física no sistema único de assistência social**. Alessandro Demel Lotti Maceió-AL. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5., 2018.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. A supervisão institucional como intervenção sócio-analítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 9, p. 26-28, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

EVARD, Pierre F. Las Manos Puras, in **Análisis Institucional y Socioanálisis Mexico**. Ed. Nueva Imagem, 1973, p. 50.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-319.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 48ª Ed. Recife: Global Editora, 2003.

GODINHO, Letícia (org.). **Guia para elaboração de planos locais de prevenção com a comunidade: desenvolvendo intervenções qualificadas em áreas de uso abusivo de drogas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, número. 5, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JR., James Ferreira Moura; XIMENES, Verônica Moraes. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n.1, p. 76-83, 2016.

LANCETTI, Antonio. **Clínica peripatética**. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.

OLIVEIRA, Luciana da Silva. Mulheres em Situações de Violência e os Sentidos de Liberdade: Relato de Experiência em uma Política Pública. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 481-499, 2020.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 49-61, fev. 1997.

ROLNIK, Suely. **A hora da micropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

SILVEIRA, Andrea Fernanda. **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.